

POLÍTICA MINERAL

# Anteprojeto da nova Constituição desestimula mineração, diz Ibram

por Sérgio Danilo do Rio

"Se o atual anteprojeto de uma nova Constituição for aprovado pelo Congresso Nacional, a indústria mineral brasileira vai fechar suas portas", disse ontem, o presidente do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram), entidade que representa trezentas das maiores empresas do setor, João Sérgio Marinho Nunes. Segundo ele, há uma grande preocupação do setor mineral em relação a esse anteprojeto, já que ele fecha a participação das empresas aprovadas na pesquisa e procura do bem mineral e impede que o capital estrangeiro continue investindo no Brasil.

"As lideranças dos diversos partidos que compõem a Assembléia Nacional Constituinte devem buscar o bom senso", advertiu Marinho Nunes, "e evitar o retrocesso. Antes da aprovação do texto final é preciso que os constituintes consultem os representantes do setor mineral e produzam uma legislação mais prudente para o momento, desenvolvendo uma sociedade capitalista mais moderna do ponto de vista empresarial." Sobre as relações do empresariado com a garimpagem, Marinho Nunes disse que vai defender hoje, durante a reunião do Conselho Superior de Mineração, em Brasília, a continuação do diálogo com o Sindicato Nacional dos Garimpeiros e a União dos Garimpeiros da Amazônia, buscando a exclusão dos garimpeiros "piratas" de qualquer negociação.

Marinho Nunes condenou os incidentes de Alta Floresta (MT) e solicitou ao ministro das Minas e Energia "enérgicas providências" na apuração das três mortes e invasão de uma área de lavra. O presidente do Ibram defendeu a instituição no Brasil do "zoneamento mineral", a ser implantado pelo Ministério das Minas e Energia, delimitando as áreas onde empresas privadas e estatais possam operar e instituindo as áreas de garimpagem livres.

Marinho Nunes considerou "interessante" a proposta do presidente da União dos Garimpeiros da

## Conselho avaliará violência

por Sérgio Danilo do Rio

O Conselho Superior de Mineração, que se reúne hoje pela manhã, em Brasília, vai ouvir um relatório sobre os incidentes que resultaram na invasão de uma área de lavra da Jaruvana Mineração em Alta Floresta (MT), a ser feito por empresários e representantes do Sindicato Nacional dos Garimpeiros — disse ontem, no Rio, durante o almoço mineral, promovido pelo Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram), o diretor-geral do Departamento Nacional de Pro-

Amazônia, José Altino, que defende uma regulamentação para as duas atividades: a mecanizada e a manual. Segundo o presidente do Ibram, a proposta de José Altino é de que os minerais de ouro e diamante encontrados em regiões de aluvião sejam explorados pelos garimpeiros e as áreas liberadas pelo Departamento Nacional de

Produção Mineral (DNPM), José Belfort Bastos.

Belfort informou que o DNPM acionou a Polícia Federal desde o início dos conflitos e solicitou providências junto ao ministro Paulo Brassard, da Justiça; mas os acontecimentos evoluíram para uma agressão por parte dos "garimpeiros piratas" junto às áreas de propriedade da Jaruvana Mineração, em Alta Floresta.

Ele informou que o DNPM vê com apreensão esses acontecimentos e vai, a partir de hoje, intermediar junto ao Sindicato Nacional dos Garimpeiros uma proposta para que

eles procurem atuar nas reservas colocadas à disposição da categoria pelo próprio governo, para evitar conflitos com as empresas mineradoras. Em Alta Floresta, disse o diretor do DNPM, já existe uma reserva garimpeira próxima à área conflituada, mas ocorre que os "garimpeiros desobedecem a qualquer proibição oficial e invadem áreas de propriedade das empresas privadas ou estatais. Ele acha positivo o fato de que as lideranças garimpeiras já tenham iniciado no Rio, na última quinta-feira, com os empresários privados, um diálogo para evitar novos conflitos.

(DNPM), de bens minerais primários, sejam respeitadas pelos garimpeiros como de exploração das empresas privadas e estatais. Quanto à mineração em terra indígena — motivo de uma ampla polémica na imprensa —, Nunes disse que os empresários vão pedir ao ministro Aureliano Chaves, das Minas e Energia, que reveja sua atual posição de não mais liberar

a pesquisa e lavra nessas áreas, sem antes a nova Constituinte decidir.

Quanto ao capital estrangeiro, Marinho Nunes defendeu sua participação no modelo de exploração mineral que se discute no Congresso, como também que se assegure a participação da empresa estatal brasileira e do capital nacional — um modelo de convivência tripartite.